

Prestação de conta de 2012 e Planejamento Orçamentário de 2013 são aprovados em Assembleia Geral

Foto: Tatiana Lima

Em assembleia geral ordinária, na noite de quarta-feira, de 20 de março às 19h30 na sede do sindicato, mais de 100 servidores sindicalizados ao Sisejufe aprovaram o parecer do conselho fiscal referente à prestação de contas do exercício de 2012, com apenas um voto foi contrário, respaldando a transparência e a coerência da atual gestão do sindicato. Os dados contábeis foram detalhados pelo diretor-administrativo Edson Mouta juntamente com o tesoureiro Francisco Costa de Souza e o gerente-administrativo Marcelo Nobile, sendo acompanhados pelos membros do Conselho Fiscal. A previsão e o planejamento orçamentários para 2013 também foram aprovados e por unanimidade de votos. A categoria ainda discutiu e aprovou o aumento de 0,15% na contribuição sindical, valor necessário para fazer frente ao volume de ações e serviços prestados hoje pelo sindicato.

Todos os sindicalizados presentes receberam cópia do balancete analítico da prestação de contas aprovado pelo Conselho Fiscal relativo às contas do exercício 2012, da previsão de planejamento orçamentário para 2013, e o planejamento de metas e ações do sindicato. Desta forma, todos os associados puderam acompanhar passo a passo a prestação de contas e o planejamento de orçamento para este ano.

Conselho Fiscal

No parecer, o Conselho Fiscal relata como foi feita a conferência contábil, declarando que os depósitos das consignações dirigidas ao Sisejufe foram “corretamente discriminados e registrados pela contabilidade” do sindicato. Também lista recomendações técnicas para aprimorar o trabalho administrativo e financeiro da entidade. O conselho elogiou o sistema informatizado das contas caixa do Sisejufe, assim como a transparência do controle de gastos ampliada com a implantação da ferramenta gerenciador financei-



Assembleia de prestação de contas: categoria aprova gestão transparente da atual diretoria do sindicato. Houve apenas um voto contrário.

ro. Também propôs como ajuste para 2013, a criação de contas retificadoras para classificar avaliação do ativo permanente.

A análise da prestação de contas feita pelos servidores presentes à assembleia demonstrou o equilíbrio da gestão administrativa e o uso coerente e racional do dinheiro da entidade, que novamente é superavitária ainda que o sindicato tenha tido gastos provenientes do período intenso de mobilização em prol da aprovação do PCS e o investimento em uma nova sede campestre para os associados.

O diretor do Departamento Administrativo Edson Mouta Vasconcellos e o gerente administrativo do Sisejufe, Marcelo Nobile detalharam cada informação da prestação de contas do exercício de 2012 e da previsão e planejamento orçamentário da entidade para 2013 para os servidores presentes na assembleia. “O sindicato passou a adotar um programa de gerenciamento financeiro que tornou não só controle das contas mais eficaz como também é possível, atualmente, termos a previsão da receita e das despesas. O processo torna a prestação de contas transparente e o dia a dia financeiro com um nível de controle maior”, explicou Edson Vasconcellos.

Planejamento de 2012: metas criadas e cumpridas

A assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, também apresentou os dados referentes à execução do Planejamento Orçamentário de 2012 relacionado às metas definidas pela direção para o ano passado. A assessora explicou que a meta principal e que concentrou a maioria dos esforços foi a luta pela aprovação do PCS, por meio da organização do movimento na categoria e nas ações em Brasília. Além disso, apresentou a execução da meta de interiorização que teve como alvo a presença do sindicato junto aos servidores do interior; a aplicação

da pesquisa de saúde e o mapeamento das condições de trabalho, projetos com objetivos de traçar um diagnóstico das condições de saúde e de trabalho do servidor do judiciário fluminense.

“A pesquisa já foi respondida por mais de 3 mil servidores e esperamos que mais e mais servidores nos ajudem a traçar o raio-x da categoria,” disse Vera Miranda.

Também foi apresentado, o balanço da execução das metas dos diversos departamentos, e um balanço da atuação dos núcleos. “Os departamentos e núcleos do Sisejufe buscam a excelência na sua atuação, e o resultado disto

é que não param de crescer. Com isso, o Sisejufe conseguiu em 2012 cumprir todas as metas que se propôs, inclusive, a de estreitar os laços com as subseções da Justiça Federal, varas do trabalho, e cartórios eleitorais, no interior do estado”, afirmou a assessora política. “Que venham os novos desafios para 2013”.

Gestão transparente e com credibilidade

Para a direção do Sisejufe, a aprovação das contas mais uma vez, mostra que atual diretoria tem acertado politicamente na condução da gestão da entidade. “A assembleia de prestação de contas foi positiva. Principalmente, porque houve uma participação muito boa da categoria. As pessoas tiraram dúvidas e interagiram. Inclusive, é interessante quando existe algum argumento contra, pois a crítica faz cada dia mais o sindicato procurar melhorias como o programa de gerenciamento financeiro. Uma iniciativa que tornou ainda mais transparente a prestação de contas. Isso aumenta no dia a dia a credibilidade do associado ao sindicato e a confiança na gestão eleita para o exercício até 2014”, afirmou Alex Oliveira, presidente do Conselho Fiscal, após a aprovação das contas.

➔ **Continua na página 12**



Sede campestre, um sonho que se tornou realidade

Páginas 8 e 9

Presidente do TST recebe Fenajufe

Os coordenadores da Fenajufe, Cleto Vieira e Joaquim Castrillon estiveram reunidos em 28 de fevereiro com o então vice-presidente do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, que assumiu a Presidência dia 5 de março.

O presidente do TST garantiu aos coordenadores da federação que será um líder dos servidores nas demandas institucionais. O ministro reconheceu que há defasagem em torno de 30% nos salários dos servidores e magistrados. Ele defendeu a valorização dos servidores do Poder Judiciário com a definição de uma política de qualificação e de um Plano de Carreira.

LATUFF



Prestação de contas, ações cumpridas e as metas para 2013

Prezado (a) companheiro (a),
É com muita satisfação que estamos apresentando neste jornal a prestação de contas do ano de 2012, o balanço das ações cumpridas e as metas para 2013. Fazemos este balanço da gestão orçamentária tomados por dois sentimentos gratificantes: a sensação de dever cumprido e a alegria de continuar aprimorando e inovando a gestão administrativa e financeira para garantir a plena capacidade das ações políticas aprovadas nos fóruns deliberativos da categoria do Judiciário Federal fluminense e da Fenajufe. A marca da Gestão Mais Sisejufe se traduz em três pilares: democracia, transparência, e luta. Dando liga a estes pilares, a diretoria colegiada do Sisejufe vem aprimorando uma das suas principais ferramentas que é o nosso Planejamento de Gestão.

Na assembleia ordinária de prestação de contas do ano de 2012, apresentamos para categoria junto com os balanços relativos às contas de 2011, todo um planejamento de metas e ações desta gestão. Cada área de atuação do Sisejufe apresen-

tou suas expectativas, desafios, metas, e ações de curto, médio e longo prazos, para responder aos anseios da categoria que constavam do programa que elegeu esta direção e os que surgem no dia a dia dos trabalhadores do Judiciário Federal.

Agora estamos apresentando aos nossos filiados e a toda categoria do Judiciário Federal fluminense, nosso balanço das metas e ações cumpridas em 2012, nossas expectativas, metas, e ações para 2013, e nossa prestação das contas do orçamento de 2012. Saber que estamos apresentando para avaliação e aprovação da categoria nossas contas do exercício de 2012, com total transparência, e eficiência, é tão gratificante quanto apresentar os nossos desafios para 2013 e os anos seguintes em forma de objetivos, metas e ações.

Traremos neste Contraponto um balanço do cumprimento das nossas metas de 2012 para que de forma mais sintética possamos apresentar uma linha do tempo com as ações construídas pelo Sisejufe, onde cada ação planejada pela diretoria e

aprovada pelos seus filiados, se desdobraram em ações que com certeza impactaram de forma positiva na vida dos trabalhadores envolvidos. Temos certeza que tanto a nossa prestação das contas, como nosso Planejamento de Gestão continuará sendo alvo da sua atenção, e contamos com seu envolvimento para manter a marca da democracia, da participação, e da transparência, que faz o diferencial das gestões Mais SISEJUFÉ.

É na prestação de contas que apresentamos de forma transparente e democrática o espelho de nossas ações político-administrativas- e socioculturais, durante o ano de 2012, onde podemos novamente demonstrar como se constrói uma gestão eficiente, ágil, cuidadosa com os recursos da categoria e que consegue construir com equilíbrio a luta por avanços e conquistas e ao mesmo tempo a manutenção e ampliação do patrimônio do nosso sindicato.

Temos orgulho em dizer que somos responsáveis pela implantação do conselho fiscal, escolhidos entre os Representantes Sindicais de Base eleitos a cada nova gestão,

que funciona de forma independente como um organismo de controle e auditoria das nossas contas, e que a cada gestão é responsável por recomendações que tanto nos ajudam a aperfeiçoar nossos procedimentos para garantir ainda mais excelência no trato da nossa gestão administrativa, e que nesta gestão continua a nos brindar com sua atenção aos mínimos detalhes que devem ser observados para manter nosso grau de aprimoramento sempre em crescimento.

Sempre primamos pelo cuidado e eficiência na gestão dos recursos do sindicato e o Conselho Fiscal veio ao encontro dessa marca da diretoria. O Conselho Fiscal é a bússola de toda gestão que prima pela responsabilidade com o dinheiro da categoria e para a Gestão Mais SISEJUFÉ, é instrumento que possibilita a avaliação da nossa efetividade, transparência, ética, e democracia, compromissos de campanha assumidos e cumpridos fielmente.

Agora a gestão Mais SISEJUFÉ apresenta o seu Planejamento Estratégico de 2013, como desdobramentos do Planejamento de Gestão para 2012-2014,

com suas expectativas, metas e ações, discutidas a fundo no planejamento estratégico realizado dias 2, e 3, de fevereiro deste ano, continuando o processo de transformação de nossos compromissos com a categoria em ações concretas, partilhadas com os nossos pares, e que se traduz em uma construção coletiva, democrática, e transparente, produzindo mais avanços e muitas conquistas.

Apresentamos previamente nossas ações para nos colocarmos sob o controle social dos nossos pares quanto ao cumprimento destas, e tornar nossos passos ainda mais transparentes. Mas o que de fato esperamos com isso é a plena participação da nossa categoria neste calendário de ações e lutas, porque o sindicato somos todos nós.

Nesse sentido, a Diretoria Colegiada do SISEJUFÉ para a Gestão 2011-2014, conta com todos e todas para continuar a construir um SISEJUFÉ cada vez MAIS forte, representativo, combativo, e respeitado, o espelho da sua categoria. [Diretoria Colegiada do Sisejufe]

Contraponto

SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Oiker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

REDAÇÃO: Max Leone (MTb RJ/19002/JF) – Tatiana Lima (MTb 32631/RJ)

DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda. **EDIÇÃO:** Max Leone

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso
em Papel
Reciclado.
8,6 mil
exemplares.



Desafios foram estabelecidos e metas cumpridas em 2012

Balanço Na luta por reposição salarial, a categoria fez o governo federal recuar

O Planejamento Estratégico de 2012 orientou as ações da diretoria frente ao desafio de combinar a luta política, no Congresso Nacional e nas ruas, pela conquista da reposição salarial, e a pauta interna dos trabalhadores do Judiciário federal fluminense frente aos Tribunais. Em 2012, a luta foi árdua para dobrar o governo que se negava a dar qualquer reposição salarial ao trabalhador do judiciário. Fizemos a luta em Brasília com envio de delegações quase semanais para fazer pressão no Congresso, e protagonizamos atos de força como a passeata que cercou o Teatro Municipal, enquanto a presidenta Dilma Rousseff participava de uma solenidade, protestando con-

tra veto presidencial ao nosso reajuste. Na capital e no interior, diversos atos e manifestações organizados forçaram a atenção da mídia que optava por ignorar o movimento dos servidores públicos por valorização salarial, respeito, e pelo direito a uma negociação coletiva. O resultado da nossa luta por reposição salarial ainda é muito aquém do esperado. Ainda aguardamos pelo pagamento para março, com retroativo a janeiro, da primeira parcela do acordo que foi negociado entre STF e o governo. Mas já estamos preparados para continuar a luta pela recuperação total das nossas perdas salariais e buscar ganhos reais.



A direção do sindicato do Rio de Janeiro esteve sempre à frente das lutas da categoria

E a pauta interna do Judiciário Federal do Rio de Janeiro?

Em 2012, o Planejamento Estratégico apresentou grandes desafios a serem vencidos, além da luta pelo PCS. A implantação da agenda de interiorização do

sindicato, a construção de um diagnóstico das condições de trabalho e da saúde dos trabalhadores do Judiciário Federal no Rio, e o aperfeiçoamento do funcionamento do jurídico na busca pela excelência no aten-

dimento ao servidor, foram três destes desafios com resultados cumpridos dentro do cronograma de curto prazo e que se reveste de especial atenção para os desdobramentos que surgirão em 2013.

Interiorização: o sindicato cada vez mais perto

O desafio da interiorização obteve especial atenção com visitas periódicas às subseções da Justiça Federal, cartórios eleitorais e foros da Justiça do Trabalho nas cidades do interior, durante a greve e fora dela. Um calendário de visitas aos locais de trabalho por região foi elaborado e todas as cidades onde temos órgãos da Justiça Federal foram visitados. Das que possuem somente foro da Justiça do Trabalho e cartórios da Justiça Eleitoral, apenas a cidade de Barra Mansa não foi visitada. Em 2012, conseguimos visitar em média três vezes as cidades que possuem todas as Justças (Federal, Trabalho, e

Eleitoral), e duas vezes os municípios que possuem apenas foro da Justiça do Trabalho e cartórios da Justiça Eleitoral. Em 2013, nosso calendário será retomado com aumento da periodicidade e busca por total cobertura das Justças, incluindo cidades que possuem apenas cartórios eleitorais. É o sindicato cada vez mais pertinho do trabalhador, informando, dialogando, trazendo a suas demandas para discutir com a administração dos tribunais, levando respostas sobre que lhe é demandado. É compromisso programático, sendo cumprido fielmente por meio das ações do planejamento que a categoria aprovou em assembleia.

Saúde e Condições de Trabalho



Nos setores de arquivo do TRT, os servidores não têm condições ideais de trabalho

Na pauta da Saúde, o Diagnóstico das Condições de Trabalho e da Saúde do Trabalhador do Judiciário Federal do Rio foi o carro chefe das ações do Departamento de Saúde em 2012, e continua sendo em 2013. Esta meta, construída no planejamento de 2012, foi executada com diversas ações que se iniciaram no Seminário sobre os Impactos da Virtualização dos Processos de Trabalho na Saúde dos Servidores do Judiciário, com a presença do médico do trabalho Dr. Rogério Dornelles, responsável pelas pesquisas de Saúde do Sintrajufe/RS e de outros sindicatos da nossa categoria.

A pesquisa de Saúde e o levantamento das condições de trabalho foram lançadas concomitantemente no foro da Rua

Lavrado do TRT 1ª Região. A escolha do TRT/Rio para lançar a pesquisa de saúde foi baseada no aumento da quantidade de aposentadoria por invalidez que vem ocorrendo nas três Justças, mas em maior número no TRT. Outro fator determinante foi a sobrecarga de trabalho nitidamente observada nas varas do trabalho. A pesquisa, aplicada tanto na capital quanto no interior, foi combinada com o processo de interiorização e já alcançou mais de três mil questionários preenchidos o que demonstra o grau de confiança da categoria no trabalho do sindicato.

Ainda em fase de finalização da aplicação e coleta na justiça eleitoral, a pesquisa entrará em fase de sistematização no mês

de maio e os resultados obtidos pela equipe de médicos do trabalho que fará análise dos dados serão publicados no mês de julho para toda categoria e encaminhados para as administrações dos tribunais, bem como a comissão de saúde do CNJ. Também em 2013, o Departamento de Saúde promoverá na capital e nas comarcas do interior, oficinas de qualidade de vida, levando profissionais especializados para fazer abordagens sobre práticas de prevenção à saúde, exercícios para diminuição do estresse, entre outros. O departamento também discutirá com os servidores a política de saúde institucional para buscar soluções dos problemas enfrentados pelos servidores do interior.

Jurídico itinerante

Em 2013 o sindicato inova com o Jurídico Itinerante, que levará a assessoria jurídica a cada mês a uma cidade

para levar informações aos servidores lotados no interior, bem como atender às suas demandas mais prontamente.

Condições de trabalho – um dos temas estratégicos do planejamento de 2012

Durante todo o ano de 2012, o Departamento de Saúde avaliou as condições de infraestrutura dos locais de trabalho visitados pelos diretores e pela assessoria do Sisejufe. Em diversos locais, encontramos situações caóticas, insalubres, e de risco. Sistema de refrigeração deficiente levam servidores a trabalhar sob forte calor, elevadores com defeito e manutenção deficiente, setores de arquivos funcionando em condições insalubres na Justiça Federal e no TRT, servidores testando equipamentos em pé e sob forte calor no TRE, risco no acesso à subseção da Justiça

Federal em Friburgo em função da possibilidade de deslizamento de barreira em frente à sede, condições de habite-se no prédio do foro Almirante Barroso, além da falta de condições de acessibilidade para usuários e servidores em diversos locais de trabalho, foram pautas permanentes de discussões com os tribunais. Todas estas situações foram denunciadas e o sindicato acionou as administrações dos tribunais e a diretoria do Foro da SJRJ para resolução imediata dos problemas. Diversos foram solucionados, alguns como os SECTARs do TRT continu-



Foto: Max Leone

Diretores do sindicato inspecionam condição de trabalho na Justiça Federal na Almirante Barroso

am ainda sem solução, novos problemas foram detectados, e enquanto houver condições inadequadas nos locais de trabalho, estaremos atuando para corrigi-las.

A busca pela excelência – desafio e metas do Jurídico

O Departamento Jurídico construiu como horizonte estratégico a busca pela excelência no atendimento, caracterizado pela celeridade no atendimento ao afiliado, no ajuizamento e acompanhamento dos processos, e no investimento na modernização e informatização do setor. As metas de padronização de atendimento, organização dos procedimentos de rotina do departamento foram cumpridas a risca e agora o Sisejufe conta com um sistema moderno de banco de dados para organização e acompanhamento da demanda do servidor, desde o atendimento jurídico até a finalização do processo



Max Leone

Os advogados prestam atendimento jurídico aos servidores e associados do Sisejufe

ajuizado. Tudo isto integrado com os escritórios das assessorias jurídicas. O departamento

passou a contar também com a assessoria criminal para os desdobramentos oriundos de

processos administrativos. Foram diversas ações ajuizadas ou acompanhadas, todas de

interesse da categoria tais como: Isonomia do Auxílio Alimentação (passivos), revisão geral 14,23%, GAE sobre o maior vencimento, Isonomia de FC 4/ FC 01 dos Chefes de Cartório, GAS acumulada com FC, suspensão do IR sob Abono de Permanência, aposentadoria Especial PNE – MI 1.657, Aposentadoria Especial Oficiais de Justiça MI 833, Aposentadoria Especial para os Agentes de Segurança MI 840, GAS para aposentados, GAE para aposentados, Inconstitucionalidade da supressão do pagamento de horas extras no TRE/RJ, entre outras que podem ser consultadas no site do Sisejufe em <http://migre.me/dNiCO>.

Formação investe cada vez mais em cursos para categoria

O Departamento de Formação manteve a sua trajetória de ofertar cursos para formação geral e cursos de formação sindical. Ao longo do ano, o Sisejufe recebeu 230 inscrições para os diversos cursos ofertados. Em 2012 foram mantidas as duas turmas do Curso de Espanhol e ofertada a primeira turma do Curso de Francês. O Curso de História na Idade Média, em parceria com o Programa de Estudos Medievais da UFRJ (PEM) foi um dos mais procurados entre os cursos ofertados.

Entre os cursos e seminários de formação sindical foram oferecidos o Curso de Marxismo,

História do Movimento Sindical, Leitura Coletiva do Manifesto Comunista, e o Seminário sobre o centenário de Apolônio de Carvalho. Nas atividades de formação cultural destacamos a Oficina de Cultura Popular e o Samba Choro Sisejufe em comemoração ao Dia da Consciência Negra, realizado na sede do Cordão da Bola Preta, uma parceria com o Núcleo de Gênero e Raça. Em 2013, o Curso de Francês está com duas turmas para atender à demanda de novos alunos, estão abertas as inscrições para o curso de extensão universitária de Relações Internacionais, e



Tatiana Lima

Departamento de Formação oferece diversos cursos para os servidores sindicalizados

a partir de junho teremos curso de História do Movimento Sindical, Curso de Marxismo, os

minicursos: Gestão Pública no Judiciário, Marginais e Excluídos na Idade Média, Legislação

Canônica e Monárquica no Medievo, e as oficinas: Cultura Popular, e de Percussão.

Núcleo de Pessoas com Deficiências: exemplo de luta

Em 2012, o setor construiu um calendário de mobilização com intervenções no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), e na Câmara Municipal do Rio, para discutir propostas dentro das lutas gerais pela inclusão de pessoas com deficiências, sem descuidar da pauta interna da acessibilidade e inclusão de servidores e usuários. Na pauta das lutas gerais, a mobilização para alteração da Meta 4 do PNE, a defesa do Instituto de Benjamim Constant, mesa redonda sobre

formulação de políticas de educação de crianças e adolescentes sob a perspectiva de inclusão, e o seminário sobre acessibilidade.

Na pauta das lutas específicas, o NPD tem atuado junto às administrações dos tribunais cobrando condições de acessibilidade nos prédios das justiças para servidores e jurisdicionados, e implantação de políticas de inclusão e ferramentas de acessibilidade nos órgãos para que o servidor com deficiência possa ter qualidade condições de trabalho.



O coordenador do NPD, Ricardo de Azevedo Soares, destaca a atuação do setor na luta por inclusão e acessibilidade

Fotos: Henri Figueiredo

Agentes de Segurança discutem ações específicas do setor



Agentes de segurança se reúnem no auditório do Sisejufe para reunião do núcleo

O núcleo vem constantemente organizando e discutindo questões específicas dos agentes de segurança. Entre outros temas em que houve atuação do núcleo em 2012 destaca-se a denúncia permanente de todas as ações dos tribunais que levam a terceirização ou qualquer tipo de esvaziamento das atividades previstas para agentes de segurança,

formulação de propostas que visem a padronização de procedimentos pelos tribunais para atuação na segurança institucional, a unificação e padronização de procedimentos de capacitação e treinamento dos agentes de segurança pelos tribunais, a aposentadoria especial para o agentes, a regulamentação de dispositivo legal que trata do

uso de porte de arma de fogo para servidores do Poder Judiciário (Lei n. 12.694/2012).

O núcleo participou com delegação nos seguintes eventos: II Encontro Regional Sudeste dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário, 4º Encontro Nacional dos Agentes de Segurança – CONAS, e VII Seminário da Agepoljus.

Núcleo de Oficiais de Justiça também na luta

O núcleo tem atuado em conjunto com a direção do Sisejufe, cobrando das administrações dos tribunais as pautas específicas dos oficiais de justiça, tais como a abertura de concurso para ampliação do quadro de

parte dos jurisdicionados, posse de novos concursados, lotação de oficiais de justiça para comarcas com quantitativo inferior ao necessário, questões relativas à indenização de transporte, entre outros temas. O núcleo também participou com delegação no 5º CONOJA, em Brasília.

Redução da jornada na pauta

Além de detectar as reais condições de saúde dos trabalhadores do Judiciário Federal fluminense, a pesquisa fundamentará cientificamente a campanha de redução da jornada de trabalho de 6h, baseada nos danos à saúde causados pelo avanço da informatização e consequentemente do teletrabalho no Judiciário. Em 2012, o Sise-

jufe protocolou novamente o pedido de implantação da pausa dos 10 minutos a cada 50 trabalhadores e já em 2013 protocolou novamente o pedido de redução da jornada para 6h nas três Justiças. Os dados científicos que serão obtidos com pesquisa são de fundamental importância para comprovar a necessidade de redução da jornada.

Departamento de Cultura é destaque

Foi destaque no Departamento de Cultura os três grandes eventos ao longo do ano na capital e o Botequim Sisejufe de Campos. O Happy Hour Sisejufe realizado em abril contou com a participação de mais de 400 servidores. A Festa Agostina

do Sisejufe também foi um sucesso de público com ingressos esgotados antes da semana do evento, fato que se repetiu na Festa Sisejufe de final de ano. O Botequim de Campos manteve a tradição de trazer para os participantes um bom samba de raiz.



Foto: Henri Figueiredo

Cursos gratuitos de capacitação para obtenção de Adicional de Qualificação

Este ano o Sisejufe oferece gratuitamente a categoria cursos de capacitação on-line para obtenção de Adicional de Qualificação. São cursos de capacitação abrangendo as disciplinas de

Direito Administrativo, Direito Constitucional, Processo Civil, Direito Penal, e Língua Portuguesa. O servidor poderá fazer um total de 600 horas de carga horária, distribuídas em módulos de

120 horas para cada disciplina. Os cursos são ministrados por uma equipe de professores com doutorado que já presta serviços de capacitação para Conselhos Federais, Fundação Getúlio Var-

gas (FGV), e também para os Tribunais Regionais.

Com isso o servidor que enfrenta dificuldades para se capacitar, principalmente os lotados no interior, poderão fazer os

cursos com tranquilidade e sem custos. As inscrições serão feitas por meio da Coordenação de Formação do Sisejufe e até o final do mês de abril os cursos estarão disponíveis para o servidor.

Aposentados, um departamento que não para de crescer

A agenda do Departamento de Aposentados e Pensionistas em 2012 foi plena de ações luta. O DAP organizou o II Encontro Regional Sudeste de Aposentados e Pensionistas do Poder Judiciário Federal, na cidade de Conservatória, em novembro de 2012. Realizado 10 anos após o primeiro evento em Belo Horizonte, o encontro reuniu cerca de 70 participantes vindo dos estados da Região Sudeste e organizou a retomada dos eventos regionais deste segmento.

Os aposentados marcaram sua presença em 2012 no Conap, e em todos os eventos nacionais convocados pela Fenajufe e pelo Mosap. O departamento produ-

ziu um cronograma de eventos mensais para o ano de 2012 que foi cumprido com sucesso, entre eles o Seminário sobre Previdência Complementar, a I Jornada de Qualidade de Vida e o I Bingo Cultural Sisejufe. E trabalhando a inclusão digital, foi criado o curso de informática para terceira idade que tem sido um sucesso de público. Ao longo do ano de 2012, as diversas atividades do DAP somaram um público de mais de 400 pessoas. O desafio de aumentar o engajamento dos aposentados e pensionistas nas atividades sindicais foi cumprido em 2012 e está automaticamente renovado em 2013.



Foto: Tatiana Lima

Aposentados participam da I Jornada de Qualidade de Vida organizada pelo departamento

Sisejufe vai fazer seu primeiro congresso estatutário em outubro

Cumprindo mais uma promessa de campanha, a diretoria do Sisejufe realizará neste ano o primeiro congresso estatutário da entidade.

O congresso ocorrerá nos dias 18 e 19 de outubro, em local que ainda será definido, e no temário além de propostas de alteração estatutária que adequarão o estatuto ao novo código civil, os delegados discutirão temas relevantes para organização da categoria como Plano de Carreira, Jornada de

Trabalho, Saúde e Condições de Trabalho, Negociação Coletiva e Direito de Greve, entre outros.

O Edital de convocação do I Congresso Estatutário do Sisejufe será publicado em agosto, apresentando os prazos para envio de teses e o calendário de eleição dos delegados da capital e do interior.

O Congresso é o espaço de organização e produção coletiva de política da categoria, de forma democrática, transparente, e plural.

Servidor em desvio de função tem direito às diferenças de remuneração

Apesar de o servidor não poder ser promovido ou reequadrado no cargo que ocupa em desvio de função, ele tem direito a receber diferença salarial pelo desempenho das funções exercidas. O entendimento é da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que manteve decisão anterior da própria Corte. O desvio de função ocorre quando o servidor exerce funções diferentes das previstas para o cargo para o qual ele foi aprovado em concurso.

O recurso foi interposto pela União. A Turma deu provimento ao pedido apenas no que se refere a cálculo de juros moratórios. A União pretendia que o processo fosse suspenso,

pois havia outra ação pendente na Primeira Seção do STJ sobre prazo prescricional em ações de indenização contra a Fazenda. Sustentou que não poderia ser responsabilizada por diferenças remuneratórias de alegado desvio de função. Argumentou que os juros de mora deveriam ser recalculados, com base na entrada em vigor da Lei 11.960/09, que alterou diversos dispositivos legais referentes às indenizações devidas pelo estado.

O relator do processo, ministro Benedito Gonçalves, apontou que o entendimento pacífico do STJ é no sentido de que o servidor em desvio de função deve receber as diferenças de vencimento pelo trabalho que exerceu.

Ele destacou que a Súmula 387 do STJ dispõe exatamente isso.

O relator disse que o STJ julgou recurso repetitivo (REsp 1.251.993) definindo em cinco anos o prazo prescricional para propor qualquer ação contra a Fazenda, como estabelece o Decreto 20.910/32. Essa decisão afastou em definitivo a aplicação do prazo de três anos previsto no Código Civil de 2002.

Quanto aos juros de mora, o ministro concordou que a Lei 11.960 tem aplicação imediata. Lembrou que em outro recurso repetitivo (REsp 1.205.946), que ele mesmo relatou, ficou definido que a lei deve ser aplicada em processos a partir da data de sua publicação. (Fonte: STJ)

Sisejufe aguarda depósito dos valores para devolução

Imposto Sindical Sindicato devolverá a parcela de 60% integralmente para servidores filiados

Cumprindo compromisso histórico da direção do Sisejufe e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) sobre a devolução dos valores referentes ao imposto sindical para os servidores sindicalizados, o Sisejufe está aguardando que esses valores sejam depositados em sua conta pela Caixa Econômica Federal, para assim poder devolver a parcela de 60% que faz jus na distribuição dos valores



Foto: Tatiana Lima

Valter Nogueira Alves: a direção do Sisejufe pode devolver aos servidores sindicalizados a parte do imposto dirigida à entidade

Nesta semana, o Sisejufe encaminhou ofícios 061 e 062 aos setores de pagamento do Tribunal Regional Federal da Segunda Região e a Sessão Judiciária do Rio de Janeiro solicitando a listagem com nome completo e os valores descontados dos servidores a título de imposto sindical, requereu ainda a elaboração de folha suplementar para devolução desses valores, e que seja gerada Guia de Recolhimento da União (GRU) para depósito dos valores na conta do TRF2 e SJRJ. Dessa forma o próprio TRF2 e a Sessão Judiciária farão o repasse da devolução para os servidores em folha de pagamento.

Este ano foi descontado dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º Graus no Rio de Janeiro R\$ 488.337,06 a título de imposto sindical, sendo que 60% deste valor serão devolvidos aos sindicalizados.

A contribuição sindical está prevista nos artigos 578 a 591 da CLT. Possui natureza tributária e é recolhida compulsoriamente pelos empregadores no mês de janeiro e pelos trabalhadores no mês de março de cada ano. O art. 8º, IV, in fine, da Constituição da Repú-

blica prescreve o recolhimento anual por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, independentemente de serem ou não associados a um sindicato.

Em 2011, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) conseguiu derubar a liminar que o Sisejufe obtivera contra cobrança do imposto sindical. Deste modo, o Sisejufe tem que se habilitar para receber a parte que lhe cabe deste imposto, para evitar que a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) ficasse com os recursos que seriam destinados ao Sisejufe.

Desta forma, a direção do Sisejufe pode devolver aos servidores sindicalizados a parte do imposto dirigida à entidade. De acordo com a lei, a distribuição é feita da seguinte maneira: 60% para os sindicatos; 15% para as federações; 5% para confederações; 10% para centrais; e 10% para o governo.

No início do ano, o Sisejufe protocolou novamente procedimento de controle administrativo perante o Conselho da Justiça Federal para que seja

determinado à Justiça Federal da 2ª Região que se abstenha de descontar a contribuição sindical, anual e compulsória (“imposto sindical”), das remunerações dos servidores.

Argumentação

A fundamentação utilizada para afastar a cobrança compulsória foi a de que o imposto sindical não encontra guarida no ordenamento jurídico, porquanto a regra da CLT não se aplica aos servidores públicos, de modo que o desconto discutido acaba por violar os artigos 2º, 5º, II, 8º, I, 37 e 150, I, da Constituição de República, tanto mais que em matéria tributária é vedado o emprego de analogia para exigir tributo (artigo 108, § 1º, do Código Tributário Nacional).

Segundo a advogada Aracéli Rodrigues, sócia do escritório Cassel & Ruzzarin Advogados, “diversos órgãos da administração federal não admitem a incidência do imposto sindical contra os servidores públicos,

Este ano foi descontado dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º Graus no Rio de Janeiro R\$ 488.337,06 a título de imposto sindical, sendo que 60% deste valor serão devolvidos aos sindicalizados. A contribuição sindical está prevista nos artigos 578 a 591 da CLT

como, por exemplo, o MPOG, o TSE, o STM, o TST, STF e o TCU. Ademais, o MTE recentemente revogou a Instrução Normativa nº 1, de 2008, acabando com a inconstitucional determinação para que os órgãos da Administração recolhessem o imposto sindical dos servidores”.

O PCA recebeu o número CF-EXT-461 e aguarda a apreciação do pedido de medida

liminar para afastar a cobrança ainda este ano.

Mesmo tendo protocolado o requerimento no início do ano, o Conselho da Justiça Federal determinou que a Justiça Federal de primeiro e segundo graus procedessem ao desconto, ainda não houve decisão sobre o mérito, o sindicato continuará atuando para que não haja ao desconto, assim como nas demais Justiças.

Servidores do Judiciário Fed

A diretoria do Sisejufe, atendendo a um antigo anseio de nossa categoria, adquiriu no último trimestre de 2012 um sítio na aprazível localidade de Vargem Grande, no município de Teresópolis. A nova sede campestre fica situada no Condomínio da Serrinha - Sítio Recanto dos Encantos, localizada na Estrada da Serrinha, 2500, bairro Vargem Grande, próximo ao km 12 da rodovia Teresópolis-Friburgo. Entrando à esquerda, em frente ao posto da Polícia Militar de Vargem Grande, às margens da Rodovia, a sede fica a menos de 2 Km.

Cercada pela exuberante Mata Atlântica em uma área de mais de 75 mil metros quadrados, o sítio Recanto dos Encantos, é a sede campestre que há décadas os sindicalizados aguardam. Neste local de pura natureza, sindicalizados e familiares poderão desfrutar de bons momentos de muita tranquilidade.



A compra de uma sede campestre é a realização de mais um compromisso desta gestão que é comprometida com a luta e o bem estar de toda categoria. A obtenção da sede foi uma das metas relacionadas no planejamento orçamentário da gestão para 2012 (Meta 3 do planejamento estratégico do Departamento Administrativo) que foi aprovado na assembleia estatutária de prestação de contas e de aprovação do planejamento orçamentário de 2012, ocorrida no dia 28 de março do ano passado.

A utilização do espaço será por agendamento on-line, feito previamente, de forma transparente e com critérios previamente estabelecidos e aprovados pela categoria. O espaço é mais uma opção de lazer e descanso para os associados, mas também será utilizado, em período de baixa demanda, para atividades de formação, seminários e encontros setoriais, em auditório que está sendo construído.

O processo de aquisição deu-se ao longo de 2012, e durou aproximadamente 6 seis meses de busca, pois a pro-

priedade deveria atender entre outros aos seguintes requisitos: distância relativamente próxima ao centro do Rio, fácil acesso de carro e de ônibus, infraestrutura básica de serviços próximo (supermercado, farmácia, restaurante, hospitais) segurança, instalações em condições imediatas de uso, área disponível para eventual ampliação, atendidas a legislação de proteção ambiental, etc.

Após visita a diversas propriedades, o Sisejufe adquiriu por R\$ 750 mil (setecentos e cinquenta mil reais), ofertando sinal de R\$ 450 mil (quatrocentos e cinquenta mil reais) e oito parcelas de R\$ 25 mil (vinte e cinco mil reais) que serão totalmente quitadas em junho de 2014.

O sítio fica localizado dentro de um condomínio, com portaria 24 horas, contando com cinco imóveis construídos, incluindo a residência dos caseiros, duas piscinas, sendo uma de água aquecida que será concluída até o final do mês de abril, juntamente com um espaço que servirá de auditório e espaço para café da manhã, sauna e churrasqueira. Os

A sede campestre passa agora por um processo de obras de ampliação de suítes, reformas em cinco imóveis para melhor utilização

imóveis já dispõem de 9 suítes e outras 13 serão construídas, sendo 2 exclusivas para pessoas com deficiência, além de parquinho infantil, biblioteca que estarão disponíveis até o final deste ano.

Registra-se, ainda que há mais uma piscina de mais de 200 metros quadrados com água corrente, campo de futebol e quadra de vôlei disponível no condomínio que poderá ser usada por todos os sindicalizados, além de área para a prática de caminhada, corrida, e trilhas.



eral têm nova opção de lazer



O sítio fica localizado em um condomínio, com portaria 24 horas, contando com cinco imóveis construídos, incluindo a residência dos caseiros, duas piscinas, sendo uma de água aquecida que será concluída até o final do mês de abril, juntamente com um espaço que servirá para o café da manhã, além de churrasqueira.



Rio levará 51 delegados para 8º Congrejufe

Max Leone



Max Leone

A mobilização da categoria fará o Rio de Janeiro ter a segunda maior delegação no 8º Congresso Nacional da Fenajufe. Com a participação de 272 servidores de vários setores do Judiciário Federal do Rio, inclusive do interior do estado, foram eleitos os 51 delegados ao congresso que o Sisejufe tinha direito de levar, caso atingisse o quórum de 160 presentes. A assembleia aconteceu nesta quarta-feira (13/03) em frente à Justiça Federal da Rio Branco, às 12h. Servidores ativos e aposentados participaram e votaram em seus representantes para o congresso que cumprirá o papel de organizar a categoria para as lutas do próximo período.

O congresso acontece nos dias 26 a 30 de abril, em Caeté, Minas Gerais. Serão discutidos temas como conjuntura internacional

e nacional, organização sindical, alteração estatutária, pauta de reivindicações, plano de lutas e políticas permanentes, entre outros.

Três chapas disputaram as vagas para formação da delegação, que, entre outros pontos, elegerá a nova direção da Fenajufe para o triênio 2013-2016. A Chapa 1 – Mais Fenajufe – elegeu 30 representantes, com 128 votos; a chapa 2 – Fenajufe Independente e de Lutas – terá 19 delegados por ter recebido 81 votos; e a Chapa 3 – Fenajufe Independente de Partido – obteve 7 votos e elegeu 2 delegados.

Sob forte calor, os 272 servidores ouviram os discursos dos representantes das três chapas, antes da votação. Cada um dos defensores das chapas teve três minutos para apresentar suas propostas e quais os objetivos de cada grupo. A ordem de quem iria discursar primeiro

foi estabelecida por meio de sorteio.

O primeiro representante a falar foi oficial de justiça Denis Souza, da Chapa 3 – Fenajufe Independente de Partido. Em seguida, o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, ficou responsável por defender os pontos de vistas da Chapa 1 – Mais Fenajufe. E finalmente, o servidor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) Rinaldo Martins representou as ideias da Chapa 2 – Fenajufe Independente e de Lutas.

Logo após as defesas das chapas, os servidores votaram democraticamente para eleger a delegação do Rio que vai para o 8º Congrejufe. Representantes das chapas foram indicados para fazer a contagem dos votos. No final, o resultado garantiu 30 delegados para a Chapa 1, 19 para a Chapa 2 e a Chapa 3 obteve 2 delegados.

São delegados da Chapa 1 – Roberto Ponciano Gomes de Souza Junior, Ronaldo de Almeida das Virgens, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Mariana Ornelas de A. G. Liria, Olker Guimarães Pestana, Edson Mouta Vasconcelos, Willians Faustino de Alvarenga, Francisco Costa de Souza, Soraia Garcia Marca, Carlos Eduardo Lemos Nani, José Fonseca dos Santos, Jefferson Moreira de Oliveira, Iuri Barbosa Matos Peixoto, Joel Lima de Farias, Wallace Nascimento da Silva, Antônio Carlos Lemos Esteves, João Souza da Cunha, Ricardo Quiroga Vinhas, Adriana Aparecida Tangerino Otero, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Alberto Carlos Osório Dias, Edilson Alves de Moura Silva, Ligia de Siqueira Porto, Dirce Maria Barros Magioli, Cesar de Souza Barros, Marcio Loureiro Cotta, Fabiano Santos Nobre, Marcos André Leite Pereira, e Eduardo Freitas Macedo Reis.

São suplentes da Chapa 1 – Claudio Vieira Amorim, Marco Antônio Anésio, Eliane Alves de Almeida, Bruno Guarischi e Benevides, Flávio Furtado, Michel Carneiro da Silva, Marcio de Souza Marques, Ricardo da Silva de Souza, Mario Cesar Pacheco Dias Gonçalves, Ricardo de Azevedo Soares, e Washington Severino da Conceição.

São delegados da Chapa 2 – Sérgio Feitosa, Leandro Adena Amorim, Marcos Valério Lemos Raposo, Leonardo Couto Chueri, Jairo Moura da Silva, Wanderson Leão Alves, Elysangela Benincá, Luís Carlos de Freitas, Gustavo Cezar Costa Mendes Franco, José Roberto de Moraes Junior, Rinaldo Martins de Oliveira, Maria Cecilia Radetic, Carlos Antônio, Pereira de Almeida, Marcelo Costa Neres, Fernando Bastos Camacho, Acácio Henrique Aguiar, Demarco Paiva Teixeira, Paulo Alberto Gurjão de Oliveira, e Helênio Porto Barros.

São suplentes da Chapa 2 – Eli Cezar Ribeiro, Sérgio Pereira, Isabela Matheus, Orlando Lima Cardoso, e Darvin Marcondes Silva.

São delegados da Chapa 3 – Denis Lopes de Souza e Luiz Alberto Pereira Feitosa. **São suplentes da Chapa 3** – Tobias Luiz Isaac, Sérgio Gonçalves Ferreira, Marcio Lucio de Freitas, e Ary Sant’ Anna.

Conselho Fiscal recomenda aprovação de contas

PARECER DO CONSELHO FISCAL DO SISEJUFÉ RELATIVO À PRESTAÇÃO DE CONTAS PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

Aos doze de março de 2013, o Conselho Fiscal reuniu-se na sede do SISEJUFÉ, em conformidade com seu Estatuto, seção III – artigo 14 – parágrafo 3º, com a finalidade de consignar, neste parecer, um relato e decorrentes recomendações diante da avaliação dos documentos apresentados pela Diretoria Sindical.

Após análise dos balancetes mensais foram tomadas as seguintes providências para regularização das seguintes contas contábeis:

Esclarecimento em relação à conta “PCC a recolher”, a mesma se refere a PIS-COFINS-CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, cabe destacar a importância da transparência nas contas do SISEJUFÉ para melhor acompanhamento e fiscalização de todos os seus afiliados;

Com base nos extratos da CEF verificou-se que o saldo das contas: corrente, de aplicação, e os depósitos das consignações, estão corretamente registrados pela contabilidade do SISEJUFÉ.

O Conselho observou ainda que, com base nas recomendações anteriormente sugeridas, foram feitos os seguintes aprimoramentos:

- Encerramento da conta “Empréstimos à Terceiros”;
- Criação de conta específica para a Contribuição Sindical Anual, bem como um melhor controle de seus valores devido as suas características diferenciadas; e
- Regularização e melhor controle sobre o recolhimento das contribuições previdenciárias dos prestadores de serviços.
- Conta Caixa – adoção de um novo sistema de conta-caixa, totalmente informatizado, para melhor controle de fluxo;

RECOMENDAÇÕES

Seja dada continuidade ao aprimoramento do controle de gastos, por meio de sistema informatizado, a fim de que o sindicalizado possa ter acesso e sanar eventuais dúvidas sobre as contas do SISEJUFÉ.

Criação de “contas retificadoras”, a serem usadas para reavaliações periódicas do Ativo Permanente.

CONCLUSÃO

Por fim, decide este Conselho Fiscal recomendar à Assembleia Geral a aprovação da Prestação de Contas dos gastos do Sindicato, referente ao período de janeiro a dezembro de 2012.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2013.

Alexander Fernando Vieira Oliveira
Presidente do Conselho Fiscal

Flávio Furtado
Conselheiro Fiscal

Marcio Loureiro Cotta
Conselheiro Fiscal

Balancete analítico de verificação

Exercício: 2012

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar

CNPJ: 35.792.035/0001-95

Período de Janeiro a Dezembro de 2012

Grupo: ATIVO							
Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
11000-0		1100000000	ATIVO CIRCULANTE				
11100-3		1101000000	NUMERARIOS				
11101-8		1101010000	CAIXA	1.800,00 D	64.380,79	65.655,31	525,48 D
TOTAL DA CONTA 1101000000				1.800,00 D	64.380,79	65.655,31	525,48 D
11200-6		1102000000	BANCOS CONTA MOVIMENTO				
11201-0		1102010000	CAIXA ECONOMICA C/C 045-3	132.420,71 D	4.588.819,85	4.564.308,47	156.932,09 D
11202-5		1102020000	CAIXA ECONOM APLIC C/C 045	0,00	448.396,34	448.396,34	0,00
11203-0		1102030000	CAIXA ECONOMICA C/C 384-6	1.926,59 D	1.236.665,16	1.230.572,93	8.018,82 D
11204-4		1102040000	CAIXA ECONOM APLIC C/C 384	143.472,24 D	6.675,43	150.147,67	0,00
11205-9		1102050000	CAIXA ECONOMICA C/C 527-0	3.545,63 D	75.682,43	72.167,60	7.060,46 D
11207-8		1102070000	CAIXA APLIC FIC EXEC (384-	104.671,03 D	311.285,43	415.956,46	0,00
11208-2		1102080000	BANCO DO BRASIL 25270	0,00	120.685,65	120.145,20	540,45 D
11209-7		1102090000	BANCO DO BRASIL - APLICAÇÃ	0,00	80.309,42	39.500,00	40.809,42 D
TOTAL DA CONTA 1102000000				386.036,20 D	6.868.519,71	7.041.194,67	213.361,24 D
11500-4		1105000000	OUTROS CRÉDITOS				
11501-9		1105010000	ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS	0,00	160.061,00	160.061,00	0,00
11502-3		1105020000	EMPRESTIMOS A TERCEIROS	12.452,18 D	5.000,00	12.452,18	5.000,00 D
11504-2		1105040000	ADIANTAMENTO DE 13 SALÁRIO	16.807,75 D	5.110,00	21.917,75	0,00
11506-1		1105060000	ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	2.127,65 D	16.083,61	14.335,70	3.875,56 D
TOTAL DA CONTA 1105000000				31.387,58 D	186.254,61	208.766,63	8.875,56 D
TOTAL DA CONTA 1100000000				419.223,78 D	7.119.155,11	7.315.616,61	222.762,28 D
13000-4		1300000000	ATIVO PERMANENTE				
13100-7		1301000000	INVESTIMENTOS				
13101-1		1301010000	SISTEMAS E SOFTWARE´S	42.387,47 D	480,00	0,00	42.867,47 D
13102-6		1301020000	EQUIPAMENTOS P/COMUNICAÇÃO	42.209,96 D	0,00	0,00	42.209,96 D
TOTAL DA CONTA 1301000000				84.597,43 D	480,00	0,00	85.077,43 D
13200-0		1302000000	IMOBILIZADO				
13201-4		1302010000	IMOVEIS	492.844,54 D	550.000,00	0,00	1.042.844,54 D
13202-9		1302020000	VEICULOS	114.439,05 D	0,00	0,00	114.439,05 D
13204-8		1302040000	MOVEIS E UTENSILIOS	145.697,76 D	7.840,94	0,00	153.538,70 D
13205-2		1302050000	INSTALACOES	297.639,08 D	0,00	0,00	297.639,08 D
13206-7		1302060000	COMPUTADORES E PERIFERICOS	69.993,82 D	38.889,44	0,00	108.883,26 D
13208-6		1302080000	VAGA DE ESTACIONAMENTO	13.500,00 D	0,00	0,00	13.500,00 D
13210-3		1302100000	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	39.205,76 D	4.037,84	0,00	43.243,60 D
13213-7		1302130000	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	98.643,82 D	1.399,80	0,00	100.043,62 D
13215-6		1302150000	BENFEITORIAS	11.155,64 D	0,00	0,00	11.155,64 D
13216-0		1302160000	BENFEITORIAS SEDE CAMPESTR	0,00	12.845,00	0,00	12.845,00 D
13217-5		1302170000	CELULARES E APAR ELETRÔNIC	10.080,09 D	7.521,30	0,00	17.601,39 D
13220-7		1302200000	BIBLIOTECA	6.849,80 D	430,00	0,00	7.279,80 D
TOTAL DA CONTA 1302000000				1.300.049,36 D	622.964,32	0,00	1.923.013,68 D
TOTAL DA CONTA 1300000000				1.384.646,79 D	623.444,32	0,00	2.008.091,11 D
TOTAL DO GRUPO				1.803.870,57 D	7.742.599,43	7.315.616,61	2.230.853,39 D

Assembleia aprova aumento da contribuição

O aumento do percentual de desconto da mensalidade sindical de 0,15% a partir de abril de 2013 foi sugerida à assembleia geral pela direção do Sisejufe, face a necessidade de melhorar ainda mais o atendimento aos sindicalizados na capital e interior, na

interiorização das ações do sindicato bem como para fazer frente aos custos da sede campestre e aos cursos a distância que serão oferecidos pelo sindicato para que os servidores tenham direito ao adicional de qualificação. A contribuição sindical do Sisejufe é uma das menores do país, in-

cide apenas sobre o vencimento básico, enquanto a maioria dos sindicatos cobra sobre a remuneração. Como o aumento salarial incidiu sobre a Gratificação Judiciário (GAJ), isso não teria incidência sobre as recitas do sindicato, Em contrapartida, o volume de ações e serviços

que o sindicato desenvolve em prol da categoria cresceu muito, assim como crescem anualmente os custos de manutenção dos serviços prestados.

Por isso, para manutenção das receitas e despesas do sindicato, a direção propôs à assembleia o aumento de 0,15 ponto percentu-

al no desconto da mensalidade sindical. Pelo estatuto, o sindicato poderia recolher até 2% do vencimento-básico dos servidores associados à entidade. Porém, desde 2003, o Sisejufe somente desconta o percentual de 1% de todos os servidores filiados. [Imprensa Sisejufe.]

Balancete analítico de verificação

Exercício: 2012

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar

CNPJ: 35.792.035/0001-95

Período de Janeiro a Dezembro de 2012

Grupo: PASSIVO						
Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito
Saldo Final						
21000-1		2100000000	PASSIVO CIRCULANTE			
21200-7		2102000000	DEBITOS SOCIAIS			
21201-1		2102010000	INSS A RECOLHER	13.291,28 C	235.192,72	242.879,49
21202-6		2102020000	FGTS A RECOLHER	6.073,46 C	54.649,31	52.727,44
21204-5		2102040000	IRRF S/SALÁRIO	2.576,81 C	31.771,56	33.138,59
21205-0		2102050000	IRRF S/FÉRIAS	0,00	3.865,65	3.081,66
21206-4		2102060000	PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	372,02 C	5.798,33	6.022,34
21207-9		2102070000	IRRF S/13 SALÁRIO	0,00	0,00	2.903,92
21208-3		2102080000	IR RETIDO NA FONTE	24,71 C	698,31	1.900,91
21210-0		2102100000	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	8.715,21	8.715,21
21211-5		2102110000	SERV PESSOA JURIDICA	0,00	4.708,97	4.708,97
21212-0		2102120000	PCC (COD 5952) A RECOLHER	1.578,22 C	5.818,29	7.169,57
TOTAL DA CONTA 2102000000				23.916,50 C	351.218,35	363.248,10
						35.946,25 C
21300-0		2103000000	DEBITOS FISCAIS RETENÇÃO			
21301-4		2103010000	IRRF CÓDIGO 1708	1.352,13 C	7.608,71	7.563,26
21302-9		2103020000	CSLL RETIDO CÓDIGO 5952	0,00	1.049,52	1.049,52
21303-3		2103030000	COFINS RETIDO CÓDIGO 5952	0,00	3.148,53	3.148,53
21304-8		2103040000	PIS RETIDO CÓDIGO 5952	0,00	682,20	682,20
TOTAL DA CONTA 2103000000				1.352,13 C	12.488,96	12.443,51
						1.306,68 C
21500-5		2105000000	OUTROS DEBITOS			
21501-0		2105010000	SALARIOS A PAGAR	0,00	650.036,26	650.036,26
21502-4		2105020000	FÉRIAS A PAGAR	0,00	44.950,46	44.950,46
21503-9		2105030000	CONTR SINDICAL A RECOLHER	111,22 C	1.168,98	1.141,76
21504-3		2105040000	13 SALÁRIO A PAGAR	0,00	37.227,00	37.227,00
TOTAL DA CONTA 2105000000				111,22 C	733.382,70	733.355,48
						84,00 C
TOTAL DA CONTA 2100000000				25.379,85 C	1.097.090,01	1.109.047,09
						37.336,93 C
24000-7		2400000000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
24500-0		2405000000	RESULTADO DO EXERCÍCIO			
24512-3		2405200000	SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULAD	1.778.490,72 C	0,00	0,00
TOTAL DA CONTA 2405000000				1.778.490,72 C	0,00	0,00
						1.778.490,72 C
TOTAL DA CONTA 2400000000				1.778.490,72 C	0,00	0,00
						1.778.490,72 C
TOTAL DO GRUPO				1.803.870,57 C	1.097.090,01	1.109.047,09
						1.815.827,65 C

Fenajufe cobra política anual de reajuste e direito de greve

A Fenajufe participou, em 20 de março, de mesa-redonda na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, com representantes da sociedade civil organizada, a convite do presidente, deputado Lincoln Portela (PR-MG). O objetivo da audiência é fortalecer a participação popular na produção de projetos, ouvindo as demandas de entidades junto ao parlamento.

Os questionamentos foram respondidos pelos integrantes da mesa, que além do presidente, contou com a participação

dos deputados Celso Jacob (PMDB-RJ), Luiza Erundina (PSB-SP), André Luis dos Santos, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), desembargador federal e vice-presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), José Marcus Lunardelli e Eliana Graça, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

O coordenador Jean Loiola, que representou a Fenajufe destacou que a Lei 12.694/12, originada na CLP, por iniciativa da Ajufe, possibilitou o porte de

arma aos agentes de segurança do PJU. Além disso, cobrou o envolvimento do parlamento na implementação coletiva do serviço público. Destacou que a omissão do Congresso em regulamentar o direito de greve provocou excessiva judicialização dos movimentos paredistas, sempre com decisões desfavoráveis aos trabalhadores.

Quanto à política salarial, o coordenador pediu à comissão ações nesse sentido e criticou a omissão do governo quanto ao tema citando o inciso X, do Artigo 37 da Constituição, que prevê

reajustes anuais aos servidores públicos federais. Complementou, dando exemplo, que os servidores do Judiciário e MPU que ficaram sete anos sem aumento e que não tem visto por parte deste e de outros governos, ações políticas concretas para resolver as perdas inflacionárias.

Para que uma proposta comece a tramitar na Comissão de Legislação Participativa, basta ser apresentada por uma associação ou organização não governamental. Lincoln Portela informou que existem 32 projetos de lei da Comissão prontos para ser vota-

dos no plenário da Câmara. O deputado disse ainda que vai buscar os projetos mais consensuais para tentar inseri-los na pauta do plenário.

Esta foi a primeira mesa de debates promovida pela Comissão de Legislação Participativa neste ano. Jean Loiola avalia que, "a ocupação desse espaço é extremante salutar sem prejuízo a outras iniciativas que o movimento sindical deve manter não apenas junto ao Poder Legislativo como também aos demais poderes da União". (Imprensa Fenajufe)

Balancete analítico de verificação

Exercício: 2012

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar

CNPJ: 35.792.035/0001-95

Período de Janeiro a Dezembro de 2012

Grupo: DESPESAS							
Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
51999-2		5100000000	DESPESAS DO EXERCICIO				
51100-7		5101000000	DESPESAS CUSTEADAS C/SINDIC				
51101-1		5101010000	ASSISTENCIA JURÍDICA	0,00	101.574,12	0,00	101.574,12 D
TOTAL DA CONTA 5101000000				0,00	101.574,12	0,00	101.574,12 D
51200-0		5102000000	DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
51201-4		5102010000	ALUGUEL DE CARROS DE SOM	0,00	9.629,90	0,00	9.629,90 D
51202-9		5102020000	MANUTENÇÃO E COMBUST-VEÍCU	0,00	12.301,58	0,00	12.301,58 D
51203-3		5102030000	ASSESSORIA PARLAMENTAR	0,00	8.788,22	0,00	8.788,22 D
51204-8		5102040000	PANFLETADORES (JORNAL/REVI	0,00	31.049,47	78,65	30.970,82 D
51205-2		5102050000	IPVA	0,00	1.373,30	0,00	1.373,30 D
51206-7		5102060000	ENERGIA ELETR SEDE E SALAS	0,00	29.353,74	0,00	29.353,74 D
51207-1		5102070000	MANUTENÇÃO AR-CONDICIONADO	0,00	8.690,51	0,00	8.690,51 D
51208-6		5102080000	PASSAGENS/ESTACIONAMENTO	0,00	7.094,37	38,01	7.056,36 D
51209-0		5102090000	TÁXI	0,00	66.353,78	78,00	66.275,78 D
51210-3		5102100000	VIAGENS (DIÁRIAS/HOSPEDAGE	0,00	222.489,31	2.424,72	220.064,59 D
51211-8		5102110000	MANUTENÇÃO DE TELEFONES	0,00	4.377,18	0,00	4.377,18 D
51212-2		5102120000	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	0,00	22.691,98	8,40	22.683,58 D
51213-7		5102130000	MAT DE CONSUMO IMPRESSORAS	0,00	14.430,28	0,00	14.430,28 D
51214-1		5102140000	CONDOMINIO SEDE	0,00	48.087,36	0,00	48.087,36 D
51215-6		5102150000	CONDOMÍNIO CMMC	0,00	7.899,46	0,00	7.899,46 D
51216-0		5102160000	CONDOMÍNIO SALAS 444 E 154	0,00	9.390,00	0,00	9.390,00 D
51217-5		5102170000	CORREIO	0,00	54.466,81	0,00	54.466,81 D
51218-0		5102180000	SEGUROS	0,00	10.827,38	0,00	10.827,38 D
51219-4		5102190000	PUBLICAÇÕES/ASSINATURAS	0,00	12.566,95	0,00	12.566,95 D
51220-7		5102200000	TV POR ASSINATURA	0,00	1.268,02	0,00	1.268,02 D
51221-1		5102210000	HONORÁRIOS CONTÁBEIS	0,00	11.989,05	0,00	11.989,05 D
51222-6		5102220000	IPTU	0,00	11.455,74	0,00	11.455,74 D
51223-0		5102230000	MAT DE CONSUMO FISIOTERAPI	0,00	2.407,50	0,00	2.407,50 D
51224-5		5102240000	MATERIAL DE LIMPEZA	0,00	3.462,12	0,00	3.462,12 D
51225-0		5102250000	COPA/ALIMENTAÇÃO	0,00	47.191,21	59,03	47.132,18 D
51226-4		5102260000	FOTOCÓPIAS/CARTÓRIO	0,00	19.550,23	4,00	19.546,23 D
51227-9		5102270000	ESTACIONAMENTO/PEDÁGIOS	0,00	7.132,86	0,00	7.132,86 D
51228-3		5102280000	UNIFORMES	0,00	3.571,70	0,00	3.571,70 D
51229-8		5102290000	AUXÍLIOS E DOAÇÕES	0,00	2.110,24	0,00	2.110,24 D
51230-0		5102300000	EVENTOS	0,00	147.673,33	15.025,00	132.648,33 D
51232-0		5102320000	DESPESAS DE GREVE	0,00	3.920,53	0,00	3.920,53 D
51233-4		5102330000	SERVIÇOS PRESTADOS-PF	0,00	25.331,68	1.000,00	24.331,68 D
51234-9		5102340000	MANUTENÇÃO DE IMÓVEL	0,00	26.605,68	0,00	26.605,68 D
51235-3		5102350000	FARMÁCIA	0,00	366,15	0,00	366,15 D
51236-8		5102360000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	3.757,05	0,00	3.757,05 D
51237-2		5102370000	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0,00	36.559,20	0,00	36.559,20 D
51239-1		5102390000	INSS	0,00	170.249,04	0,00	170.249,04 D
51240-4		5102400000	FGTS	0,00	66.137,90	0,00	66.137,90 D
51241-9		5102410000	COND SEDE CAMPESTRE	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00 D
TOTAL DA CONTA 5102000000				0,00	1.173.800,81	18.715,81	1.155.085,00 D
TOTAL DA CONTA 5100000000				0,00	1.275.374,93	18.715,81	1.256.659,12 D
52000-6		5200000000	DESPESAS COM PESSOAL				
52100-9		5201000000	DESPESAS COM PESSOAL				
52101-3		5201010000	VALE TRANSPORTE	0,00	33.788,85	10.503,63	23.285,22 D
52102-8		5201020000	AUXILIO ALIMENTAÇÃO	0,00	148.786,31	2.336,60	146.449,71 D
52103-2		5201030000	13 SALÁRIO	0,00	66.476,58	6,80	66.469,78 D
52105-1		5201050000	FÉRIAS	0,00	68.220,76	3.144,60	65.076,16 D
52106-6		5201060000	FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	545.552,65	20.495,70	525.056,95 D
52109-0		5201090000	ESTAGIÁRIOS(AS)	0,00	16.044,23	0,00	16.044,23 D

Sisejufe ajuíza ação coletiva para reajustar a VPNI em 15,8%

O Sisejufe ajuizou ação coletiva em favor dos associados que recebem a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada derivada de quintos ou décimos para ter atualização de 15,8%. O índice corresponde à revisão geral consentida pela

União para 2013, situação que o parágrafo único do Artigo 62-A da Lei 8.112/90, determina a revisão da VPNI.

Contrariando a pretensão de reajuste dos servidores do Poder Judiciário (PL 6.613/2009) e MP (PL 6.697/2009 e PL

2.199/2011), a Presidência permitiu a revisão das retribuições dessas carreiras no mesmo período e em percentual idêntico aos concedidos aos servidores do Executivo.

Para o advogado Rudi Cassel, do escritório Cassel & Ruzza-

rin Advogados, “fica clara a generalidade e a coincidência do período de revisão quando do aumento linear de 15,8% imposto pelo Executivo para as carreiras dos demais órgãos orçamentariamente autônomos, embora pulverizado em diversas

leis de cargos e salários, fato que possibilita a caracterização da revisão geral anual de que trata o inciso X do Artigo 37 da Constituição e, por conseguinte, o reajuste da VPNI”. (Fonte: Cassel & Ruzzarin Advogados)

Balancete analítico de verificação

Exercício: 2012

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar

CNPJ: 35.792.035/0001-95

Período de Janeiro a Dezembro de 2012

Grupo: DESPESAS							
Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
52110-2		5201100000	RESCISÕES DE CONTRATO TRAB	0,00	15.726,38	0,00	15.726,38 D
52111-7		5201110000	ASSIST MÉDICA E ODONTOLÓGI	0,00	160.486,00	6.651,80	153.834,20 D
52112-1		5201120000	ADICIONAL NOTURNO	0,00	188,77	0,00	188,77 D
52113-6		5201130000	ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO	0,00	8.306,82	0,00	8.306,82 D
52114-0		5201140000	HORAS EXTRAS	0,00	22.582,46	0,00	22.582,46 D
52115-5		5201150000	AJUDA DE CUSTO	0,00	2.602,64	0,00	2.602,64 D
TOTAL DA CONTA 5201000000				0,00	1.088.762,45	43.139,13	1.045.623,32 D
TOTAL DA CONTA 5200000000				0,00	1.088.762,45	43.139,13	1.045.623,32 D
53000-8		5300000000	DESPESAS COM NÚCLEOS				
53600-4		5306000000	FORMAÇÃO E CULTURA				
53601-9		5306010000	CURSO DE FORMAÇÃO	0,00	34.248,88	0,00	34.248,88 D
TOTAL DA CONTA 5306000000				0,00	34.248,88	0,00	34.248,88 D
TOTAL DA CONTA 5300000000				0,00	34.248,88	0,00	34.248,88 D
54000-0		5400000000	DESPESAS GERAIS				
54100-2		5401000000	IMPrensa				
54101-7		5401010000	ILUSTRAÇÕES	0,00	8.474,16	0,00	8.474,16 D
54102-1		5401020000	GRÁFICA REVISTA IDÉIAS	0,00	4.700,00	0,00	4.700,00 D
54103-6		5401030000	GRÁFICA JORNAL CONTRAPONTO	0,00	116.381,01	0,00	116.381,01 D
54104-0		5401040000	MATÉRIAS PARA JORNAL/REVIS	0,00	4.771,60	0,00	4.771,60 D
TOTAL DA CONTA 5401000000				0,00	134.326,77	0,00	134.326,77 D
54200-5		5402000000	JURÍDICO				
54201-0		5402010000	HONORARIOS CONTABEIS JURID	0,00	19.305,41	0,00	19.305,41 D
54202-4		5402020000	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	0,00	250.453,31	349,26	250.104,05 D
54203-9		5402030000	MANUT SIST ADMINSTR JURÍDI	0,00	943,50	0,00	943,50 D
54205-8		5402050000	ASSINAT TRIM PRECISA RECOR	0,00	4.596,00	1.478,00	3.118,00 D
54206-2		5402060000	DESPESAS JURIDICAS DIVERSA	0,00	22.159,18	0,00	22.159,18 D
TOTAL DA CONTA 5402000000				0,00	297.457,40	1.827,26	295.630,14 D
54300-8		5403000000	MOVIMENTOS SOCIAIS/SINDICAI				
54301-2		5403010000	CUT CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁR	0,00	268.007,84	0,00	268.007,84 D
54302-7		5403020000	FENAJUFE CONTR ESTATUTÁTRI	0,00	209.062,59	0,00	209.062,59 D
54303-1		5403030000	APOIO AO MOVIMENTO SOCIAL	0,00	11.241,29	0,00	11.241,29 D
TOTAL DA CONTA 5403000000				0,00	488.311,72	0,00	488.311,72 D
54600-6		5406000000	TELEFONIA E INFORMÁTICA				
54601-0		5406010000	TELEFONIA FIXA	0,00	15.083,11	0,00	15.083,11 D
54602-5		5406020000	TELEFONIA CELULAR	0,00	82.694,43	0,00	82.694,43 D
54603-0		5406030000	MANUTENÇÃO DO PORTAL SISEJ	0,00	14.397,90	0,00	14.397,90 D
54604-4		5406040000	CONEXÃO INTERNET BANDA LAR	0,00	19.718,22	0,00	19.718,22 D
TOTAL DA CONTA 5406000000				0,00	131.893,66	0,00	131.893,66 D
TOTAL DA CONTA 5400000000				0,00	1.051.989,55	1.827,26	1.050.162,29 D
55000-1		5500000000	DESPESAS TRIBUTÁRIAS				
55100-4		5501000000	DESPESAS TRIBUTÁRIAS				
55101-9		5501010000	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	341.968,77	0,00	341.968,77 D
55102-3		5501020000	IMPOSTOS, TAXAS E ONTRIBUI	0,00	7.099,11	672,74	6.426,37 D
55103-8		5501030000	CUSTAS JUDICIAIS	0,00	10.596,73	4.021,44	6.575,29 D

Federação vai ao STF tratar de aposentadoria especial e GAS

A direção da Fenajufe esteve reunida em 20 de março, com o diretor-geral do Supremo Tribunal Federal (STF), Miguel Augusto de Campos e com o secretário de Recursos Humanos (RH), também do STF, Amarildo de Oliveira. A visita

foi para tratar da aposentadoria especial e da desvinculação da GAS com os cursos de reciclagem dos agentes de segurança. Os temas estão previstos em Portaria Conjunta do STF e tribunais superiores.

Para a diretoria da federação, a

Norma extrapola os limites por exigir avaliação de notas nos cursos de reciclagem, enquanto a Lei 11.416/2006 exige apenas participação. Foi alertado que “os agentes de segurança reprovados nos cursos, estão assegurando a gratificação por

meio de liminares”.

A Fenajufe explicou que “a GAS estando vinculada aos cursos de reciclagem, faz com que o benefício não seja incorporado a aposentadoria”. Os representantes entregaram documento de caráter administrativo aos

diretores do STF, pedindo a desvinculação.

Após a apresentação das demandas, ficou definido por parte do STF, que será criada comissão para discutir a revisão da Portaria Conjunta. (Ricardo Araújo da Impresa Fenajufe)

Balancete analítico de verificação

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar

Período de Janeiro a Dezembro de 2012

Exercício: 2012

CNPJ: 35.792.035/0001-95

Grupo: DESPESAS

Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
55104-2		5501040000	PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	6.022,34	0,00	6.022,34 D
TOTAL DA CONTA 5501000000				0,00	365.686,95	4.694,18	360.992,77 D
TOTAL DA CONTA 5500000000				0,00	365.686,95	4.694,18	360.992,77 D
56000-3		5600000000	DESPESAS FINANCEIRAS				
56100-6		5601000000	DESPESAS FINANCEIRAS				
56101-0		5601010000	MULTAS E MORA FISCAL	0,00	1.793,83	0,00	1.793,83 D
56102-5		5601020000	DESPESAS BANCÁRIAS	0,00	9.679,26	2.708,97	6.970,29 D
56103-0		5601030000	IRRF S/APLICAÇÕES	0,00	5.808,68	0,00	5.808,68 D
TOTAL DA CONTA 5601000000				0,00	17.281,77	2.708,97	14.572,80 D
TOTAL DA CONTA 5600000000				0,00	17.281,77	2.708,97	14.572,80 D
TOTAL DO GRUPO				0,00	3.833.344,53	71.085,35	3.762.259,18 D

Grupo: RECEITAS

Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
62000-7		6200000000	CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS				
62100-0		6201000000	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL				
62101-4		6201010000	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	0,00	492.697,80	492.697,80 C
TOTAL DA CONTA 6201000000				0,00	0,00	492.697,80	492.697,80 C
62200-2		6202000000	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES				
62201-7		6202010000	CONTRIBUIÇÃO QUALICORP	0,00	0,00	557.508,79	557.508,79 C
62202-1		6202020000	CONTR ASSIST FISIOTERAPIA	0,00	0,00	7.160,00	7.160,00 C
62205-5		6202050000	MENSALIDADE SINDICAL	0,00	42,40	3.077.594,38	3.077.551,98 C
62211-0		6202110000	PATROCINIO EM EVENTOS	0,00	0,00	15.205,32	15.205,32 C
TOTAL DA CONTA 6202000000				0,00	42,40	3.657.468,49	3.657.426,09 C
TOTAL DA CONTA 6200000000				0,00	42,40	4.150.166,29	4.150.123,89 C
63000-9		6300000000	RECEITAS FINANCEIRAS				
63100-1		6301000000	RECEITAS FINANCEIRAS				
63102-0		6301020000	RECEITA DE APLIC FINANCEIR	0,00	0,00	27.161,03	27.161,03 C
TOTAL DA CONTA 6301000000				0,00	0,00	27.161,03	27.161,03 C
TOTAL DA CONTA 6300000000				0,00	0,00	27.161,03	27.161,03 C
TOTAL DO GRUPO				0,00	42,40	4.177.327,32	4.177.284,92 C

Grupo: RESUMO

Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
--------	-------	------------	---------------	---------------	------------	-------------	-------------

Resumo do Balancete		
ATIVO	2.230.853,39	D
PASSIVO	1.815.827,65	C
DESPESAS	3.762.259,18	D
RECEITAS	4.177.284,92	C
Diferença	0,00	
Resultado do Período	415.025,74	C

Veja o planejamento orçamentário da atual gestão para 2013

Finanças

Direção do sindicato mantém compromisso com a transparência

Mantendo o compromisso com a transparência, apresentamos o Planejamento Orçamentário de 2013 da direção do Sisejufe, aprovado na assembleia de prestação de contas do dia 20 de março. A proposta traz a execução dos gastos de 2013, de acordo com as metas e ações definidas pelo planejamento estratégico deste ano da direção do sindicato, de forma detalhada e setorizada, para que a categoria possa saber onde serão aplicados todos os recursos administrados por esta gestão.

PLANEJAMENTO E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA SISEJUFÉ 2013	
Despesas – Especificação	
I. Imobilizado	
1.1 Troca de carro	50.000,00
1.2 Mobiliário diversos	80.000,00
1.3 Mobiliário sede campestre	40.000,00
1.3 Sistema de Backup, Rede e Informática	15.000,00
1.4 Compra de Computadores, Notebook, Scanners	16.500,00
1.5 Parcelas a vencer da aquisição piscina em 2013	47.500,00
1.6 Parcelas a vencer sede campestre	150.000,00
TOTAL	399.000,00
II - Contratos de Assessoria	
2.1 Assessoria Parlamentar	11.900,00
2.2 Assessoria Contábil -PROGREDI	13.300,00
TOTAL	25.200,00
III - Administrativo	
3.1 Adaptações das salas da Sede	0,00
3.2 Administração do Contrato Estagiários	2.900,00
3.3 Aluguel de carros de som	3.000,00
3.4 Cartório - Certidões, autenticações	8.780,00
3.5 Condomínios – Sede/Senador Dantas/CMMC-Pousadas/Garagem/ Campestre	67.100,00
3.6 Conexão Internet Banda Larga(Claro, Vivo e Mundivox)	22.000,00
3.7 Confeções de Carteiras Sindicalizados	500,00
3.8 Copa/Lanches para eventos s/atividades sindicais	15.000,00
3.9 Correios - Correspondências diversas	5.760,00
3.10 Despesas com Farmácia	1.000,00
3.11 Energia elétrica- sede, sala 1541, Sala 444 e sede campestre	35.500,00
3.12 Fotocópias	4.200,00
3.13 Hospedagem do Portal(Locaweb)	800,00
3.14 IPVA – Zafira/Gol/Siena	750,00
3.15 Manutenção Ar-condicionado	8.800,00
3.16 Manutenção de Aplicativo/Software (Pandora)	8.500,00
3.17 Manutenção de Equipamentos	5.000,00
3.18 Manutenção do TI	27.500,00
3.19 Manutenção e Combustível – Veículos	19.600,00
3.20 Manutenção piscinas	3.000,00
3.21 Manutenção Telefones	3.800,00
3.22 Manutenção Xerox	12.000,00
3.23 Mão de Obra - Com terceiro - Pessoa Física	48.000,00
3.24 Material de consumo Fisioterapia	2.700,00
3.25 Material de escritório	30.000,00
3.26 Material de limpeza (Sede e Sede Campestre)	8.400,00
3.27 Panfletadores (Jornal e revista, greve e boletins)	25.000,00
3.28 Passagens/estacionamento/deslocamento/transporte	9.500,00
3.29 Publicações/Assinaturas (Editais Jornais de Grande Circulação)	15.000,00
3.30 Reforma da sede campestre	25.000,00
3.31 Obra construção quarto -Sede Campestre	160.000,00
3.32 Reforma sala de fisioterapia	10.000,00
3.33 Reparos Diversos	20.000,00
3.34 Seguros (Empresarial e Automóvel)	12.000,00
3.35 Tarifas/Encargos Bancários	7.900,00
3.36 Taxa de Incêndio	2.000,00
3.37 Táxi	25.000,00
3.38 Telefonia Celular (Oi e Claro)	60.000,00
3.39 Telefonia fixa	15.600,00
3.40 Tributos Municipais e Taxas - Sede, Salas, e Box garagem	2.400,00
3.41 TV por Assinatura (Sede e Sede Campestre)	5.000,00
3.42 Uniformes	1.000,00
TOTAL	739.990,00

IV. Pessoal	
4.1 Reestruturação funcionários Sisejufe	0,00
4.2 Incentivo Educação Formal funcionários	11.000,00
4.3 Capacitação Funcionários	10.000,00
4.4 Contratação e rescisão de funcionários	70.000,00
4.5 Vale Transporte	27.000,00
4.6 Auxílio Alimentação	147.800,00
4.7 Pagamento 13º salário	51.000,00
4.8 Encargos Sociais	270.000,00
4.9 Provisão de Férias	60.000,00
4.10 Folha de Pagamento	605.000,00
4.11 Diretor Liberado	100.000,00
4.12 Estagiários(as)	19.000,00
4.13 Horas Extras	20.000,00
TOTAL	1.390.800,00
V. Departamento Aposentados e Pensionistas	
5.1 Encontros Jurídicos	400,00
5.2 Seminário Sobre Assuntos de Aposentadoria	1.700,00
5.3 II Jornada de Qualidade de Vida - parceria Depto Saúde	1.500,00
5.4 III Encontro Regional Sudeste dos Aposentados e Pensionistas	7.200,00
5.5 Atividades Culturais	1.000,00
5.6 Encontros Mensais - Infraestrutura	2.000,00
5.7 Contraponto Especial Aposentados – 02	2.240,00
5.8 Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas	1.610,00
5.9 3º CONAP	3.810,00
5.10 Bingo Cultural Sisejufe	500,00
TOTAL	21.960,00
VI. Departamento de Relações com Movimento Social	
6.1 Apoio ao movimento social	40.000,00
TOTAL	40.000,00
VII. Departamento de Saúde	
7.1 Mapeamento Impactos Virtualização no Adoecimento da categoria	9.000,00
7.2 Seminário Impactos da Virtualização na Saúde do Trabalhador	5.000,00
7.3 Mapeamento das Condições de Trabalho e Locais Insalubres	0,00
7.4 Oficinas de Qualidade de Vida - interior e parceria com DAP	3.600,00
7.5 Seminário sobre Assedio Moral e Sexual	1.000,00
7.6 Campanha de Redução de Danos Ambientais	600,00
7.7 Campanha contra o Assedio Moral no Judiciário (parceria com jurídico)	0,00
7.8 Apoio e participação eventos Semana do Meio Ambiente Tribunais	5.000,00
7.9 Apoio Caminhada Anti-tabagismo	600,00
7.10 Equipe de Corrida - Evento de lançamento	1.570,00
7.11 Equipe de Corrida - Acompanhamento	6.000,00
7.12 Equipe de Corrida - Atendimento em Prova	2.000,00
7.13 Apoio Equipe de Corrida JF Itaperuna	3.000,00
7.14 Periodicidade - reuniões bimensais	800,00
7.15 Ideias em Revista - especial Saúde do Servidor	5.000,00
TOTAL	43.170,00
VIII. Departamento de Formação	
8.1 Curso de Marxismos	780,00
8.2 Curso de Relações Internacionais - 8 aulas	1.100,00
8.3 Curso de Historia do Movimento Sindical	520,00
8.4 Curso de Francês -2 turmas	10.000,00
8.5 Samba-Choro - a definir data	12.000,00
8.6 Formação em EAD	40.000,00
8.7 Mini Curso Marginais e excluídos na Idade Média	600,00
8.8 Mini Curso Legislação canônica e monárquica no medievo	600,00
8.9 Oficina de Cultura Popular	200,00
8.10 Oficina de Percussão	350,00
TOTAL	66.150,00

IX. Departamento de Cultura		
9.1 Confraternização Niteroi - a definir data	1.000,00	
9.2 Festa Sisejufe - 1º semestre	35.000,00	
9.3 Festa Sisejufe - 2º semestre	35.000,00	
9.4 Botequim de Campos - outubro	3.000,00	
9.5 Apoio lançamentos literários da categoria	4.500,00	
TOTAL	78.500,00	
X. Imprensa		
10.1 Correio	35.000,00	
10.2 Material de consumo impressoras e impressão	7.650,00	
10.3 Ilustrações	6.000,00	
10.4 Gráfica Revista Ideias	48.000,00	
10.5 Gráfica Jornal Contraponto	41.500,00	
10.6 Matérias para Jornal/Revista	6.000,00	
10.7 Renovação do Contrato c/ Letra e Imagem - 2ª etapa do site	10.000,00	
10.8 Contratação de aplicativo para Boletim Eletrônico	1.200,00	
10.9 Suplementos para Câmara Fotográfica (Lentes, Flash, etc)	3.000,00	
10.10 19º Curso Anual do NPC (3 vagas)	2.000,00	
10.11 Periodicidade	1.000,00	
TOTAL	161.350,00	
XI. Jurídico		
11.1 Honorários Calculos Judiciais	24.730,00	
11.2 Honorários Advocatícios Administrativo	285.230,00	
11.3 Honorários Advocatícios Cível	65.300,00	
11.4 Honorários Advocatício Criminal	60.300,00	
11.5 Manutenção Sistemas Administração Jurídico	5.000,00	
11.6 Encontro Coletivo Jurídico Fenajufe	4.000,00	
11.7 Seminário Jurídico Sisejufe	15.000,00	
11.8 Assinatura Trimestral Recortes	2.100,00	
11.9 Custas Judiciais	1.000,00	
11.10 Seminário sobre Assédio Moral	2.340,00	
11.11 Campanha e Cartilha Desvio de Função	7.000,00	
11.12 Periodicidade - reuniões bimensais	4.000,00	
11.13 Boletim Informativo Ações Coletivas - 01	1.500,00	
11.14 Boletins Fique Por Dentro Jurídico -02	3.500,00	
11.15 Cartilha sobre Assédio Moral	3.000,00	
TOTAL	484.000,00	
XII. Contribuições Estatutárias		
12.1 CUT Contribuição estatutária	332.600,00	
12.2 FENAJUFE Contribuição estatutária	175.900,00	
TOTAL	508.500,00	
XIII. Núcleo de Gênero e Raça		
13.1 Dia Nacional da Consciencia Negra	1.000,00	
TOTAL	1.000,00	
XIV. Núcleo de Oficiais de Justiça		
14.1 Encontro Estadual do(a) Oficial Avaliador(a);	3.000,00	
TOTAL	3.000,00	
XV. Núcleo de Pessoas com Deficiência		
15.1 Seminário sobre Acessibilidade	1.730,00	
15.2 Encontro Regional De Pessoas Com Deficiência	2.430,00	
15.3 Fique Por Dentro - Especial PNE	1.120,00	
15.4 Fique Por Dentro - Dia Internacional de Luta das Pessoas Com Deficiência	2.000,00	
15.5 Periodicidade - Reuniões bimensais	860,00	
TOTAL	8.140,00	
XVI. Núcleo de Agentes de Segurança		
16.1 III Encontro Regional Sudeste dos Agentes de Segurança Judiciária do Poder Judiciário	5.000,00	
16.2 5º CONAS	2.000,00	
16.3 VIII Seminário Nacional da AGEPOLJUS	4.000,00	
16.4 Periodicidade - Reuniões bimensais do NAS	1.000,00	
TOTAL	12.000,00	

TOTAL	12.000,00
XVII. Atividades Políticas Organizativas	
17.1 CONGREJUFE	160.000,00
18.2 Mobilizações	30.000,00
18.3 Interiorização do sindicato(viagens interior/boletins específicos)	20.000,00
18.4 Campanha de Filiação (peças publicitárias/intervenções artísticas)	30.000,00
18.5 Viagens (Diárias/Hospedagens)	40.000,00
18.6 Congresso	60.000,00
TOTAL	340.000,00
19.0 Investimento	44.263,24
TOTAL GERAL	R\$ 4.367.023,24
Receitas – Especificação	
Consignações	R\$ 3.427.119,00
Contribuição Vectorial	R\$ 557.543,00
Receita Fisioterapia	R\$ 10.000,00
Mensalidades de Cursos	R\$ 19.000,00
Imposto Sindical	R\$ 140.000,00
SALDO Em conta corrente exercício 2012	R\$ 213.361,24
TOTAL	R\$ 4.367.023,24
Saldo Banco 31/12/2012	
CEF – Conta corrente JF	156.932,09
CEF – Conta corrente TRT/Contribuição Sindical	8.018,82
CEF – Conta corrente TRT/Boletos	7.060,46
CEF – Conta Investimento TRT	0,00
BB - Conta Corrente	540,45
BB - Investimentos	40.809,42
SALDO em 31/12/2012	R\$ 213.361,24
Saldo Banco 20/03/2013	
CEF – Conta corrente JF	26.413,37
CEF – Conta corrente TRT/Contribuição Sindical	2.232,23
CEF – Conta corrente TRT/Boletos	239,52
CEF – Conta Investimento TRT	0,00
BB - Conta Corrente	210,39
BB - Investimentos	1.531,23
CAIXA	1.341,61
SALDO em 31/01/2013	R\$ 31.968,35

TRF e Seção Judiciária elaboram folha suplementar para pagar reajuste da GAJ. TRT não informa

O diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, obteve a confirmação no dia 22 de março, em conversa com os setores responsáveis pela elaboração da folha de pagamentos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) e da Seção Judiciária do RJ (SJRJ), que estes setores estão trabalhando na elaboração da folha suplementar para pagamento dos valores atrasados do reajuste salarial da categoria, que incidiu sobre a GAJ. Embora o setor esteja atuando em ritmo acelerado para garantir o recebimento o mais rapidamente possível, os servidores que fazem a confecção da folha não souberam precisar em que dia o crédito seria feito na conta dos servidores



Foto: Pedro Paulo

Valter Nogueira Alves recebeu informação que o TRF e o SJRJ trabalham para fazer o pagamento da folha complementar

Os valores acumulados de atrasados entre janeiro e março para o cargo de analista em final de carreira chegam a R\$ 2.504,67. Já os valores para técnicos em final de carreira são de R\$ 1.526,57 e auxiliares em final de carreira são R\$ 904,09. Em todos os casos os valores são brutos, sem incidência de IR e PSS. Não estão incluídos ainda neste valores, eventuais recebimentos de 1/3 de férias e adiantamento de 13º salário que ocorreu em janeiro. Com o reajuste, a GAJ que hoje é de 50% passa a ser de 62%, isso significa um reajuste de 8% sobre o

vencimento e a própria GAJ.

No Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Primeira Região foram contatados o Setor de Pagamento e a Secretária-Geral. Em ambos, os servidores que atenderam o telefone disseram que não tinham autorização para dar qualquer informação. Foi ainda solicitado que o sindicato protocolasse requerimento administrativo ou enviasse um e-mail pedindo a informação.

O diretor-presidente ligou para a Secretaria de Orçamento do CSJT que explicou que esta informação teria de ser obtida com o TRT da Primeira Região. Foi informado que que no TST,

o contra-cheque já estava liberado para os servidores e que os valores seriam pagos até 26 de março.

A informação acerca do pagamento em folha suplementar já tinha sido feita pelo secretário de Recursos Humanos do Supremo Tribunal Federal (STF), Amarildo Vieira de Oliveira, no último dia 15 de março, e que o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, autorizou o pagamento do reajuste da GAJ. “A data limite é 26 de março”, afirmou o secretário. A orientação vale para todos os ramos da Justiça.

A maior parte dos tribunais do país já processou a folha

normal de pagamento de março sem incluir o reajuste. Aqui no Rio de Janeiro, apenas o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) vem pagando o reajuste desde janei-

ro. Por isso serão processadas folhas complementares para o pagamento da diferença da GAJ, referente a janeiro, fevereiro e março, afirmou Amarildo.

O diretor-presidente ligou para a Secretaria de Orçamento do CSJT que explicou que esta informação teria de ser obtida com o TRT da Primeira Região. Foi informado que que no TST, o contra-cheque já estava liberado para os servidores e que os valores seriam pagos até 26 de março